

## A LEGISLAÇÃO PENAL E OS ESCRAVOS

Sessão em 15-10-1888

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que tive a honra de apresentar um projeto de lei, assinado pela maioria dos membros desta Câmara, propondo que se apagasse da nossa legislação penal tudo o que nela se refere a escravos.

Supus que, estando assinado por tão grande número de deputados, o projeto merecia ser imediatamente tomado em consideração pela respectiva Comissão, e que ela não nos fizesse esperar o seu parecer.

Consinta V. Ex.<sup>a</sup> que eu apresse um pouco a Comissão, porque, depois que um dos chefes do Partido Liberal, o Sr. Lafayette, aconselhou ao honrado Presidente do Conselho que depusesse o poder nas mãos dos amigos da escravidão, daqueles que podiam reconciliar a monarquia com a escravidão ofendida, a Coroa pode-se tomar de terror, acreditar que neste Conselho de um Conselheiro de Estado está verdadeiramente a salvação das instituições (*apoiados*) e mudar tão de repente a situação abolicionista em situação escravista, que qualquer projeto no sentido de consolidar a política da abolição fique prejudicado.

Consinta V. Ex.<sup>a</sup> que eu diga que vejo no Conselho do honrado Sr. Lafayette menos um golpe vibrado contra o atual Presidente do Conselho do que contra a sua substituição por um liberal abolicionista.

Se o Sr. João Alfredo é incompatível com a lavoura, incompatível é também o Sr. Dantas, incompatíveis são todos aqueles que se associarem de coração à lei de 13 de maio (*apoiados; muito bem*), e só restam compatíveis com ela ou aqueles que tomaram, antes do dia 13 de maio, resolutamente, o partido da resistência, ou que, vendo-se impotentes para impedir a passagem daquela lei, curvaram-se submissos na aparência, porém resolvidos a tirar a desforra da derrota sofrida no primeiro momento que isso lhes fosse possível. (*Apoiados e apartes.*)

O Sr. Jaguaribe – Sem dúvida. É uma indignidade que toda a Nação repele.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A palavra – reparação – de que S. Ex.<sup>a</sup> usou, é uma forma dinamizada de *indenização*. (*Apoiados.*)

Aplicando a frase do honrado Ministro da Guerra, eu posso dizer que seria uma afronta, não desta vez, ao atual Gabinete, mas o Partido Liberal inteiro, supor que ele podia de qualquer modo prestar o seu apoio, a sua força moral a uma política atrasada, que viesse ainda colocar-se à retaguarda do Partido Conservador. (*Apoiados; muito bem.*)

Eu tive ocasião de divergir do honrado senador em uma estranha teoria que S. Ex.<sup>a</sup> formulou a respeito da perda do capital resultante da lei de 13 de maio.

Essa lei, Sr. Presidente, não destruiu capital. (*Apoiados.*) Se o capital que se pretende que essa lei destruiu foi o escravo, o escravo tendo-se tornado homem livre, o capital, em vez de ser destruído, foi dobrado; é hoje um capital duplo. (*Apoiados.*) Não há destruição de capital – há aumento de capital. (*Apoiados.*)

O honrado senador respondeu a este meu argumento figurando uma hipótese: um indivíduo adquire um navio, este navio naufraga; há evidente perda de capital.

Felizmente, Sr. Presidente, por honra deste país, o milhão de homens resgatados pela lei de 13 de maio não afundou, sobrenadou, e é hoje uma população livre, que acresceu aos grandes fatores da riqueza nacional. (*Apoiados; muito bem.*)

Também seria terrível que o Ministério ou o Imperador, a quem S. Ex.<sup>a</sup> se dirigia, quisesse seguir à risca a teoria de Maquiavel: de que se pode decapitar, mas não confiscar os bens, porque os herdeiros perdoam a morte dos seus parentes mas não a perda de sua fortuna.

Maquiavel não se referia, na sua alma de patriota florentino, quando falava de bens, a estes bens chamados escravos. Estes são bens que também têm filhos, que também têm herdeiros para guardar os sentimentos das injustiças que eles sofrem, da espoliação que se lhes faça.

Se ele aconselhasse, como foi, sem dúvida nenhuma, a teoria do honrado senador por Minas, que se restituíssem aos seus legítimos proprietários bens desta espécie, teria abafado talvez o ressentimento passageiro de uma classe, mas teria criado outro ressentimento muito maior – o da Nação, descendente, em sua grande maioria, daqueles bens desapropriados.

Devo dizer, não tenho de me envolver na questão pessoal entre o Sr. Lafayette e o Sr. João Alfredo; mas pela minha parte tenho que salvar a minha responsabilidade e, tanto quanto me cabe, quero salvar a responsabilidade de uma fração do Partido Liberal, que não é tão pequena como se quer fazer crer e que é principalmente representada pelo estadista que, pela sua coragem, energia, patriotismo e resolução, em um momento grave da nossa história e na maior crise do nosso partido, tornou-se a maior esperança do verdadeiro liberalismo no País – o Sr. Dantas. (*Apoiados; muito bem.*)

Quero salvar a minha responsabilidade e a responsabilidade desse liberalismo, com o qual estou identificado; especialmente a do liberalismo do Recife, que me mandou; quero salvar a responsabilidade de toda essa parte do Partido Liberal, que nunca se subordinou aos interesses da escravidão, dizendo que o meio de salvar as instituições não é voltar atrás por um inexplicável terror pânico, não é entregar-se a monarquia aos representantes de um interesse morto, e que tende forçosamente a desaparecer e a apagar-se na sociedade brasileira. (*Apoiados. Muito bem.*)

O verdadeiro meio de salvar as instituições, Sr. Presidente, é exatamente adiantar-se no caminho das reformas, é deixar para trás este passado ignominioso, sem sequer voltar para olhá-lo, para não ficar petrificado no cativeiro (*muuito bem*); é caminhar resolutamente pela estrada das grandes reformas populares, como a de 13 de maio, estrada em que o liberalismo não pode ver, sem dor, que estadistas conservadores deixam ainda agora distanciados os chamados chefes liberais. (*Apoiados. Muuito bem! Muuito bem!*)